

Caros, Associados,

A Asibama-DF, com vistas à discussão sobre conjuntura atual do país e para contribuir com os debates preparatórios ao Encontro Nacional dos Servidores da CEMA/PECMA, realizou 3 assembleias nos últimos dias. Foram duas assembleias no Ibama e ICMBio no dia 31.mai e uma grande assembleia geral, iniciada no dia 9 e finalizada hoje 14 de junho, na área de lazer da Asibama, totalizando nas três oportunidades mais de 150 diferentes servidores de todas as instituições ambientais federais da nossa carreira. Depois de muita polêmica, sempre de maneira respeitosa e democrática, chegamos a um texto de consenso como deliberação da Asibama-DF e como contribuição à Ascema Nacional e aos delegados que estarão no Encontro Nacional nos dias 6 e 7 de julho em Brasília.

**Resolução da Asibama-DF aprovada na Assembleia Geral dos servidores da CEMA/PECMA nos dias 9 e 14 de junho de 2016**

A Asibama-DF,

**considerando** a necessidade de um posicionamento formal, por parte da Asibama-DF que oriente e encaminhe as questões de interesse da nossa categoria em sua relação com o governo interino atualmente instalado;

**considerando** que este posicionamento deve estar embasado num processo de discussão com a base, que contemple além das questões de caráter econômico ou corporativo, a defesa das nossas prerrogativas de servidores do estado brasileiro responsáveis pela gestão ambiental pública;

**considerando** os inúmeros projetos de alteração dos marcos legais que regem a atuação da área ambiental já em tramitação no legislativo e a perspectiva concreta de acirramento dos ataques à área ambiental em função das disputas por espaços de poder no governo, composto, basicamente, por parlamentares financiados por setores econômicos poderosos como ruralistas, Fiesp, empreiteiras e bancos;

**considerando** que a unidade da nossa categoria é fundamental para as lutas que estamos travando agora e para as que ainda iremos enfrentar no curto, médio e longo prazos;

**considerando** a provisoriedade do governo atual;

**considerando** por fim, que toda e qualquer posição a ser assumida pelas entidades representativas dos servidores deve considerar o conjunto dos servidores da CEMA/PECMA;

**considerando** a necessidade de contribuição dos servidores do DF ao amplo debate na base e no Encontro Nacional dos Servidores que ocorrerá nos dias 6 e 7 de julho próximo e na construção do nosso Plano de Lutas da categoria, a Asibama-DF aprova,

nesta Assembleia Geral dos Servidores da CEMA/PECMA no DF, os principais pontos que devem pautar sua atuação enquanto entidade representativa dos servidores no DF e que deverão também ser encaminhadas à ASCEMA Nacional, à CONDSEF, ao Sindsep-DF e à sociedade em geral:

- defesa do Estado Democrático de Direito;
- postura de independência em relação a todo e qualquer governo constituído e partidos políticos;
- nenhum retrocesso nos direitos sociais já alcançados pelo conjunto da sociedade brasileira;
- nenhum retrocesso nos marcos legais que tratam da questão ambiental e compromisso de luta contra toda e qualquer tentativa de alteração do arcabouço legal-normativo consideradas danosas ao meio ambiente, ao serviço público e à CEMA/PECMA;
- defesa dos servidores públicos em geral e da CEMA/PECMA, com a manutenção dos acordos já negociados no ano passado;
- busca constante de melhoria nas condições de trabalho.

Como já pontuado acima, a Asibama-DF reafirma sua posição de independência em relação a governos e partidos políticos por considerar ser esta a postura mais adequada para toda e qualquer entidade que se pretenda representativa de uma categoria de trabalhadores. Por outro lado, nossa entidade não pode se furtar ao debate acerca das grandes questões nacionais, como decisões políticas acerca de diferentes modelos de desenvolvimento que findam por interferir nas questões ambientais, seja através de mudanças na economia, que intensifiquem o uso e apropriação de recursos naturais, seja por meio de alterações nos processos de regulação ambiental, ou ainda, as que fragilizem os serviços públicos prestados pelo Estado. Portanto, esta associação trouxe ao debate e se posicionou contrariamente aos retrocessos que viriam com a implantação da Agenda Brasil, proposta pela presidência do Senado, ou com uma eventual aprovação do PL 257, encaminhado pela então presidenta, dentre outras ameaças ao meio ambiente em governos anteriores. Da mesma maneira, identificamos retrocessos relevantes para a área ambiental, para o serviço público e para os trabalhadores em geral na proposta Ponte para o Futuro apresentada pelo presidente interino. Esses retrocessos se evidenciam nas propostas de flexibilização do licenciamento ambiental, na redução de direitos trabalhistas e previdenciários, na fragilização de instituições responsáveis pela questão indígena e outras populações tradicionais, dentre outras perdas facilmente identificáveis nos atos e decisões do atual governo. Some-se a isto, a recém aprovada Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite que recursos que teriam destinação específica e obrigatória (especialmente saúde e educação) possam ser utilizados pelo executivo em outras áreas, de acordo com seus interesses e conveniências de momento, abrindo assim o caminho para outras utilizações dos recursos públicos, sem transparência. Agrava bastante tal situação, a proposta de “reforma administrativa” que açodadamente extinguiu órgãos de controle como a CGU, responsável pelo combate à corrupção, e órgãos que cuidam de povos e comunidades tradicionais, agroecologia e agricultura familiar (Seppir e MDA), numa perspectiva de desmantelamento do Estado.

No que diz respeito à relação de nossas entidades representativas com a atual gestão, a Asibama-DF entende que, enquanto durar a interinidade do governo e dada a existência de Acordo já assinado no ano passado, a entidade deve participar, e sugerir que a Ascema Nacional participe, de ações que objetivem a manutenção de direitos já adquiridos ou que visem prevenir prejuízos ao meio ambiente ou à carreira. Deve discutir e encaminhar questões emergenciais relacionadas aos nossos interesses, acompanhar projetos em trâmite no Legislativo, encaminhar assuntos administrativos da relação da Asibama-DF com as instituições ambientais (ex.: termo de cessão de uso da área de lazer), acompanhar a regulamentação de normas de nosso interesse e cobrar o cumprimento dos acordos já assinados.

A partir de hoje, estamos em estado de assembleia permanente, uma vez que muitas mudanças estão ocorrendo em grande velocidade podendo ocorrer a necessidade de deliberações rápidas. Novas questões que se apresentem na conjuntura que demandem interlocução com o governo interino deverão ser objeto de discussão e deliberação em assembléias especificamente chamadas para tal.

Por fim, fica criado o Observatório Ambiental, com participação aberta a todos servidores, para monitorar eventuais retrocessos, avaliar e propor medidas que beneficiem a área ambiental e nossa carreira, auxiliar a Asibama-DF na realização de debates sobre temas estratégicos, propor ações de mobilização internas e externas, subsidiar as lutas lideradas pela Ascema Nacional e interação com outras instituições parceiras.

Brasília/DF, 14 de junho de 2016.